

LEONARDO MOTA NETO *ANC p 2*

## Vota-se rápido o mandato

Parece fora de dúvida que os três últimos pronunciamentos do Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, funcionaram como freios à tendência quatroanista que já se alastrava na Constituinte, empurrada à frente pelo desgaste do Governo Sarney e pelas pesquisas de opinião pública que demonstram estar hoje a sociedade desejosa de eleições presidenciais em 88. Mas o realismo dos políticos sempre fala mais alto, e agora o quadro é indefinido, com maiores chances de vitória para a tese dos cinco anos. Nas entrelinhas das entrevistas do chefe militar há quem chegue a captar uma pressão pelos seis anos de mandato. Mas o Presidente não saberia fazer desse período dilatado um governo convencional. Provavelmente não o saiba sequer com cinco anos, pois será muito tempo para quem tem pouco a assegurar.

Raciocinando com a hipótese dos cinco anos, e com eleições apenas em 89, o Presidente da República se entregaria imediatamente a um processo de reforma de seu Ministério e da conceituação de governo, uma vez que estaria encerrada de fato e de direito a fase da transição. Uma reforma que atingiria áreas vitais para a revitalização do projeto político do Governo, adensando o Presidente da República a participação em seu Ministério do Centrão, se esse bloco lhe garantir os cinco anos. Parlamentares como o deputado Ricardo Fiuza teriam lugar certo nesse novo Ministério.

O Presidente da República organizaria seu novo governo imediatamente após a votação do tempo de seu mandato, nas dispo-

sições transitórias. Não esperaria sequer a promulgação da nova Constituição, por entender que seu compromisso é administrativo, além de político. Pelos cálculos de assessores do Palácio do Planalto, daqui até a votação do mandato, presumindo-se que o tema da reforma agrária tenha uma solução hoje, serão apenas mais dez dias. Depois da reforma agrária a Constituinte praticamente embica nas Disposições Transitórias, pois a última questão do texto a ser votada com alguma negociação é a organização dos sistemas financeiros; nessa questão, não haverá ruído: os banqueiros sempre organizaram-se em excelente lobby.

Sem aguardar a promulgação da nova Carta, o Presidente, com seu novo Ministério, trataria de responder àqueles que lhe criticam a forma de ser e agir, e que hoje indagam a razão por que deseja mais um ano de governo. Ora, o chefe da Nação já antecipou sua resposta ao afirmar ao repórter Rodolfo Fernandes, a bordo do avião presidencial, que a questão está sendo de propósito invertida. Não é ele que luta por mais um ano de mandato; ao contrário, abdicou de um ano, de seis para cinco, a fim de que fosse facilitado o entendimento entre os parceiros da transição.

A Constituinte pode não pensar assim, e entender que o Presidente da República não deve ter cinco anos. Fatos objetivos, porém, a levam a admitir que melhor será para as instituições assimilar e acertar a essência do gesto da abdicção de um ano de mandato pelo presidente Sarney.